

Para economista, a nota mostra relação de força

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A proposta dos quatro países latino-americanos — Brasil, México, Argentina e Colômbia — solicitando o prazo de 15 anos com uma carência de seis anos para o pagamento de suas dívidas calculadas em US\$ 240 bilhões, segundo documento publicado em Bogotá e que deverá ser debatido pelos ministros do Exterior e de Finanças desses países, nada mais é do que "o reconhecimento de que esse é um assunto de confrontação e relação de forças". Essa é a opinião do economista Celso Furtado, revelada ontem em Paris. Esse documento teve origem em um estudo preparado pelo Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), cujos técnicos já há algum tempo vêm fazendo proposições nesse sentido.

O próprio Celso Furtado, em diversas entrevistas a **O Estado** e JT, há mais de dois anos defende uma negociação política e não limitada a técnicos das áreas econômicas dos respectivos governos. No caso brasileiro chegou a sustentar a necessidade de substituição dos técnicos do Banco Central por diplomatas do Itamarati, homens com uma visão mais política do problema. É por isso que toma conhecimento com interesse de que da reunião desses quatro países latino-americanos, convocada para o mês de junho, participarão também

os ministros do Exterior e não apenas os de Finanças.

Nas várias oportunidades em que tal postura foi defendida diante dos credores, os meios governamentais brasileiros não pouparam críticas, acreditando que isso dificultaria as negociações com a comunidade financeira internacional. Agora, admitem tal comportamento que já poderia estar produzindo resultados satisfatórios se tivesse sido adotado há algum tempo. O economista brasileiro, ao defender essa posição, lembra que ela deve ser interpretada como a contrapartida natural à atitude adotada pelos países industrializados que sempre procuraram harmonizar suas posições em face do problema do endividamento das nações em desenvolvimento. Tal comportamento só poderia partir de países como a Argentina, Brasil e México, não apenas pelo volume de suas dívidas, mas também pelo peso político de que dispõem. Não se trata da constituição de um cartel propriamente dito como algumas áreas insistem em afirmar, mas de uma espécie de harmonização de posições dos países em desenvolvimento para contrabalançar o que os países industrializados sempre fazem quando se trata de defender seus interesses comuns.

As recentes iniciativas dos presidentes latino-americanos são interpretadas na Europa como mais uma etapa em direção à constituição de uma frente comum dos países mais endividados da América Latina.